



Conselho Federal de Administração

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Seção de Contratos

Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L Edifício CFA - Bairro Asa Sul - Brasília-DF - CEP 70070-932

Telefone: (61) 3218-1800 - www.cfa.org.br

Declaração nº 25/2026/CFA

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA DE HABILITAÇÃO

(Para fins de Credenciamento - Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.878/2024)

Ao Conselho Federal de Administração – CFA

Ref.: Edital de Credenciamento nº [01/2026]

Processo nº 476900.002914/2025-78

A empresa [NOME EMPRESARIAL], inscrita no CNPJ sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). [NOME COMPLETO], portador(a) da Carteira de Identidade nº [NÚMERO] e do CPF nº [NÚMERO], para fins de participação no processo de credenciamento acima identificado, **DECLARA**, sob as penas da lei:

1. Do Cumprimento do Art. 7º da CF (Trabalho Infantil e Escravo)

Que cumpre plenamente o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregando menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

2. Da Inexistência de Fatos Impeditivos (Art. 91, § 4º da Lei 14.133)

Que, até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação ou contratação, não tendo sido declarada inidônea ou suspensa para licitar ou contratar com a Administração Pública, e que se compromete a comunicar qualquer alteração futura nesta condição.

3. Da Reserva de Vagas para PcD e Reabilitados (Art. 63, IV da Lei 14.133)

Que cumpre as reservas de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e no inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

4. Do Cumprimento da Lei Anticorrupção e Integridade

Que não pratica atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e que adota medidas de integridade e ética no exercício de suas atividades.

5. Do Aceite Pleno aos Termos do Edital (Decreto nº 11.878/2024)

Que tomou conhecimento integral dos termos do Edital de Credenciamento e seus anexos, **aceitando sem restrições todas as condições estabelecidas**, e que possui plena capacidade técnica e operacional para

cumprir o objeto do credenciamento, conforme os requisitos do Decreto Federal nº 11.878/2024.

6. Da Veracidade da Documentação e Inexistência de Vínculos

Que todos os documentos e informações apresentados para o credenciamento são autênticos e verdadeiros, e que não possui em seu quadro societário servidores públicos do órgão contratante ou familiares em situação que configure conflito de interesses (Art. 9º da Lei 14.133).

7. Da Ciência sobre a Natureza do Credenciamento

Que está ciente de que o credenciamento **não implica em obrigatoriedade de contratação imediata** pela Administração, não gera direito de exclusividade e que a demanda de serviços/fornecimentos ocorrerá conforme a conveniência e necessidade do órgão.

[Localidade - UF], [dia] de [mês] de 20XX.

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

Cargo: [Ex: Sócio-Administrador / Diretor]

(Assinatura Digital conforme ICP-Brasil)



Documento assinado eletronicamente por **Renan Rocha Fernandes de Oliveira**, Agente de **Contratação**, em 27/03/2026, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **3952072** e o código CRC **4D53DC29**.

Referência: Caso responda este E-mail, indicar expressamente o Processo nº 476900.002914/2025-78

SEI nº 3952072